



ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS
DA BAHIA - APUB SAÚDE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado

Quadro III - Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Senhores Administradores da
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA – APUB SAÚDE
Salvador - BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB SAÚDE**; que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima mencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB SAÚDE** em 31 de dezembro 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Direção fiscal

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Operacional – RO nº 2.539, de 29 de abril de 2020, instaurou o Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB, em função das graves anormalidades econômico-financeiras e administrativas identificadas, que colocaram em risco a continuidade do atendimento à saúde.

A Portaria nº 165, de 29 de abril de 2020, da ANS, nomeou a Sra. Ecirleide Santos de Oliveira Lins Noronha para a função de Diretora Fiscal na APUB, com o objetivo de acompanhar diretamente a adequação das informações econômico-financeiras da Entidade.

Continuidade

A Entidade vem apresentando sucessivos déficits operacionais, tornando seu patrimônio líquido negativo, resultantes do aumento acentuado das despesas com os eventos indenizáveis sem o acréscimo proporcional nas receitas com operações de assistência à saúde. Para reverter essa situação, a Administração vem buscando alternativas para incrementar as receitas e reduzir os custos. As demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis à entidade operando em regime normal.

Alienação da carteira de beneficiários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16, em 10 de fevereiro de 2022, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Operacional ANS Nº 2.721, determinou que a Entidade promova a alienação da sua carteira de beneficiários, em função das anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.023396/2021-92.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório, datado de 22 de fevereiro de 2021, contendo parágrafos de ênfase sobre a direção fiscal e a continuidade operacional da Entidade.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 28 de fevereiro de 2022.



AUDICONT

AUDICONT – AUDITORES E CONSULTORES

CRC/BA – Nº 0568

LUIZ AUGUSTO FERNANDES DOURADO

CONTADOR – CRC/BA Nº 15.205

QUADRO I

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em reais, excluídos os centavos)

| ATIVO | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
|--|--------|-------------------|------------------------------|--|------|-------------------|--------------------|
| | Nota | 2021 | 2020 | | Nota | 2021 | 2020 |
| Ativo circulante | | | | Passivo circulante | | | |
| Disponível | | 90.287 | 343.623 | Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 6 | 9.417.250 | 7.683.752 |
| Realizável | | 12.063.634 | 7.373.409 | Provisão de prêmio / contraprestação não ganha - PPCNG | | - | 1.105 |
| Aplicações financeiras | 3 | 11.972.878 | 7.261.078 | Provisão para eventos a liquidar para o SUS | | 420.184 | 580.053 |
| Aplicações garantidoras de provisões técnicas | | 8.736.105 | 6.943.325 | Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais | | 5.158.418 | 4.241.977 |
| Aplicações livres | | 3.236.773 | 317.753 | Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA | | 2.962.866 | 2.860.617 |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 4 | 90.756 | 104.924 | Provisão de insuficiência de prêmios/contraprestações - PIC | | 875.782 | - |
| Contraprestação pecuniária/ prêmio a receber | | 62.201 | 69.052 | Débitos com Operações de assistência à Saúde não relacionados com Planos de Saúde da Operadora | | 119.591 | 87.715 |
| Participação de Beneficiários em eventos/ sinistros indenizáveis | | 7.281 | 7.540 | Tributos e encargos sociais a recolher | 7 | 650.141 | 621.655 |
| Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde | | 21.274 | 28.332 | Débitos diversos | | 371.603 | 407.413 |
| Despesas antecipadas | | - | 7.407 | Parcelamentos Tributários | 8 | 1.743.176 | 1.697.202 |
| Total do ativo circulante | | 12.153.921 | 7.717.032 | Total do passivo circulante | | 12.301.761 | 10.497.737 |
| Ativo não circulante | | | | Passivo não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | 326.224 | 52.824 | Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 6 | 227.686 | 207.272 |
| Depósitos judiciais | 5 | 273.078 | 467 | Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS | | 227.686 | 207.272 |
| Aplicações livres | 3 | 53.146 | 52.357 | Provisões para ações judiciais | 9 | 241.353 | 148.754 |
| Imobilizado | 2.2 d) | 20.414 | 12.558 | Tributos e encargos sociais a recolher | 8 | 232.204 | 453.631 |
| Imobilizado de uso próprio | | 20.414 | 12.558 | Parcelamento de tributos e contribuições | | 232.204 | 453.631 |
| Não hospitalares / odontológicos | | 20.414 | 12.558 | Total do passivo não circulante | | 701.243 | 809.657 |
| Total do ativo não circulante | | 346.638 | 65.382 | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Fundo patrimonial | 10 | 16.097.120 | 11.178.334 |
| | | | | Déficits acumulados | 10 | (16.599.565) | (14.703.314) |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | (502.445) | (3.524.980) |
| TOTAL DO ATIVO | | 12.500.559 | 7.782.414 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 12.500.559 | 7.782.414 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em reais, excluídos os centavos)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|--|------|---------------------|---------------------|
| Contraprestações efetivas / Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde | | 31.295.528 | 28.587.795 |
| Receitas com operações de assistência à saúde | | 31.295.528 | 28.587.795 |
| Contraprestações líquidas / Prêmios retidos | | 31.295.528 | 28.587.795 |
| Eventos indenizáveis líquidos | | (30.209.797) | (28.697.014) |
| Eventos conhecidos ou avisados | 11 | (29.241.132) | (28.606.166) |
| Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados | | (92.883) | (90.848) |
| Variação das provisões técnicas de operações de assistência a saúde | | (875.782) | - |
| Resultado das operações com planos de assistência à saúde | | 1.085.731 | (109.219) |
| Outras receitas operacionais com plano de assistência à saúde | | 227.220 | 195.350 |
| Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora | | 1.021.301 | 776.896 |
| Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde | | (222.236) | (204.144) |
| Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde | | (7.410) | (498) |
| Provisão para perdas sobre créditos | | (214.826) | (203.646) |
| Outras despesas oper. de assist. à saúde não rel. com planos de saúde da operadora | | (445.904) | (602.305) |
| Resultado bruto | | 1.666.112 | 56.578 |
| Despesas administrativas | | (3.805.675) | (3.494.845) |
| Resultado financeiro líquido | | 243.312 | (268.958) |
| Receitas financeiras | | 418.087 | 224.266 |
| Despesas financeiras | | (174.775) | (493.224) |
| Déficit do exercício | | (1.896.251) | (3.707.225) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

| | <u>Nota</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--|-------------|---------------------------|---------------------------|
| Déficit do exercício | | (1.896.251) | (3.707.225) |
| Outros componentes do resultado abrangente | | - | - |
| Resultado abrangente | | <u>(1.896.251)</u> | <u>(3.707.225)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV**ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em reais, excluídos os centavos)**

| | <u>Nota</u> | <u>Fundo patrimonial</u> | <u>Déficits acumulados</u> | <u>Total</u> |
|---|-------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | | 8.425.399 | (8.570.659) | (145.260) |
| Ajustes de exercícios anteriores | 10 | | (2.425.430) | (2.425.430) |
| Aumento do patrimônio social - Taxa de recomposição | 10 | 2.752.935 | | 2.752.935 |
| Déficit do exercício | | | (3.707.225) | (3.707.225) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 11.178.334 | (14.703.314) | (3.524.980) |
| Aumento do patrimônio social - Taxa de recomposição | 10 | 4.918.786 | | 4.918.786 |
| Déficit do exercício | | | (1.896.251) | (1.896.251) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 16.097.120 | (16.599.565) | (502.445) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - APUB SAÚDE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|-----------|--------------------|--------------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de planos de saúde | | 35.374.006 | 30.176.125 |
| Resgate de aplicações financeiras | | 10.727.840 | 5.288.295 |
| Recebimento de juros de aplicações financeiras | | 363.632 | 125.869 |
| Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde | | (30.174.634) | (29.398.611) |
| Pagamentos de pessoal | | (1.138.258) | (1.474.296) |
| Pagamentos de serviços de terceiros | | (814.803) | (695.265) |
| Pagamentos de tributos | | (2.698.479) | (2.417.949) |
| Pagamentos de processos judiciais | | - | (1.041) |
| Pagamentos de alugueis | | (127.950) | (112.242) |
| Pagamentos de promoção e publicidade | | (6.965) | - |
| Aplicações financeiras | | (15.445.174) | (5.731.693) |
| Outros pagamentos operacionais | | (948.640) | (723.124) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | 12 | (4.889.425) | (4.963.932) |
| Atividades de investimentos | | | |
| Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado – Outros | | (10.086) | (6.329) |
| Outros pagamentos das atividades de investimentos | | (272.611) | (16.584) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (282.697) | (22.913) |
| Atividades de financiamentos | | | |
| Recebimentos de taxa de recomposição patrimonial | 10 | 4.918.786 | 2.752.935 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | | 4.918.786 | 2.752.935 |
| Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa | | (253.336) | (2.233.910) |
| Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 343.623 | 2.577.533 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 90.287 | 343.623 |
| | | (253.336) | (2.233.910) |
| Ativos livres no início do exercício (*) | | 661.376 | 2.630.678 |
| Ativos livres no final do exercício (*) | | 3.327.060 | 661.376 |
| (Redução) aumento nas aplicações financeiras – recursos livres | | 2.665.684 | (1.969.302) |

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito) e Aplicações financeiras livres.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS
DA BAHIA - APUB SAÚDE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

No ano de 1994 foi criado, pelo APUB Sindicato, o plano de assistência à saúde para os professores filiados à instituição da Universidade Federal da Bahia – UFBA, face os valores e abusos dos planos privados de saúde. Em 2009, por exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, foi necessária a desvinculação do Plano de saúde, do Sindicato. Dessa forma, nasceu a APUB SAÚDE, uma associação civil, sem fins lucrativos, de prazo de duração indeterminado, que opera o plano privado de assistência à saúde, não patrocinado, na modalidade de autogestão, denominado APUB SAÚDE, compreendendo o atendimento global, o que envolve as diversas modalidades de tratamento corretivo e preventivo.

Somente poderão ser associados da APUB SAÚDE os empregados, servidores ativos, aposentados e seus dependentes no âmbito da categoria profissional de ensino, vinculados às instituições autorizadas a funcionar pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, no Estado da Bahia.

A APUB SAÚDE, desde 2010, vem passando por reformas administrativas. Dentre as reformas destacam-se os investimentos realizados em tecnologia com a aquisição de novo sistema corporativo integrado, objetivando fortalecer os controles de suas operações, possibilitar a geração de informações tempestivas para auxiliar seus gestores no processo de tomada de decisões e na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações de nº 6.404/76 e suas respectivas alterações e Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas expedidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 28 de fevereiro de 2022.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis adotados pela Entidade.

a) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas sobre créditos, provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimento de curto prazo de alta liquidez e com risco irrelevante de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros não-derivativos são classificados inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

d) Imobilizado

Os bens estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada sobre o valor de cada bem pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e exercício comparativo são as seguintes:

| | |
|-----------------------------|---------|
| Instalações telefônicas | 10 anos |
| Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Equipamentos de informática | 5 anos |

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment* quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado do exercício.

A Administração não identificou ativos registrados com indicação de perda por *impairment*.

f) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas através das orientações dispostas na Resolução Normativa nº. 274, de 20 de outubro de 2011 e Resolução Normativa nº 393, de 09 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

- **Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA**

Constituída para fazer face às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde - OPS, tendo em vista que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), são insuficientes.

- **Provisão para insuficiência de contraprestação/prêmio - PIC**

Constituída para fazer face ao pagamento dos eventos já ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente pelas Operadoras de Planos de Saúde - OPS.

- **Provisão de eventos a liquidar para o SUS e para outros prestadores de serviços assistenciais**

A totalidade da provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Associação até a data-base do balanço.

g) Débitos de operações de assistência à saúde

Constituídos a partir do faturamento dos serviços prestados pela rede credenciada, em atendimento ao regime de competência, deduzidos de glosas, para as quais os índices de recuperação são irrelevantes.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

i) Apuração do resultado

O resultado do exercício, apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

j) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Os normativos CPC 06 (R2) - Arrendamentos, CPC 48 – Instrumentos financeiros e IFRS 17 – Contrato de seguros, estão sendo avaliados e serão aplicados quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

| Contas ou grupo de contas | Tipo | 2021 | 2020 |
|--|----------------------------|-------------------|------------------|
| Aplicações livres | | | |
| <u>Capitalização</u> | | | |
| Sulamérica | Seguro capitalização (b) | 53.146 | 52.357 |
| <u>Outras aplicações</u> | | | |
| Banco Santander S/A | Títulos de renda fixa | 2.896.773 | 307.924 |
| Banco do Brasil S/A | Títulos de renda fixa | 340.000 | 9.829 |
| Subtotal | | 3.289.919 | 370.110 |
| Aplicações garantidoras de provisões técnicas | | | |
| <u>Aplicações vinculadas</u> | | | |
| Banco do Brasil S/A | Fundo RF Dedic ANS (a) | 7.193.149 | 6.943.325 |
| Banco Santander S/A | FI ANS II RF Cred Priv (a) | 1.542.956 | - |
| Subtotal | | 8.736.105 | 6.943.325 |
| Total | | 12.026.024 | 7.313.435 |
| Ativo circulante | | 11.972.878 | 7.261.078 |
| Ativo não circulante | | 53.146 | 52.357 |

(a) Aplicações em fundo de investimentos de renda fixa garantidoras de provisões técnicas da ANS.

(b) Aplicação financeira vinculada à garantia do contrato de aluguel do imóvel sede da Administração.

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

| Contas ou grupo de contas | 2021 | 2020 |
|---|---------------|----------------|
| Contraprestações pecuniárias a receber | | |
| A vencer | 14.909 | 71.846 |
| Vencidos até 30 dias | 206.389 | 95.082 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 39.973 | 58.405 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 15.725 | 20.806 |
| Vencidos há mais de 90 dias | 11.639 | 45.996 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (226.434) | (223.083) |
| Subtotal | 62.201 | 69.052 |
| Participações dos beneficiários em eventos indenizados | | |
| Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos | 190.016 | 79.481 |
| Cobertura assistencial com preços pós-estabelecidos | 1.590 | 1.256 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (184.325) | (73.197) |
| Subtotal | 7.281 | 7.540 |
| Outros | 21.274 | 28.332 |
| Total | 90.756 | 104.924 |

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

| Contas ou grupo de contas | 2021 | 2020 |
|---|----------------|------------|
| Depósitos judiciais eventos / sinistros | 273.078 | 467 |
| Total | 273.078 | 467 |

6. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

| Contas ou grupo de contas | 2021 | 2020 |
|--|------------------|------------------|
| Passivo circulante | | |
| Provisão de prêmio / contraprestação não ganha – PPCNG | - | 1.105 |
| Provisão de insuficiência de prêmios/contraprestações - PIC | 875.782 | - |
| Provisão para eventos a liquidar para o SUS | 420.184 | 580.053 |
| Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais | 5.158.418 | 4.241.977 |
| Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA | 2.962.866 | 2.860.617 |
| | 9.417.250 | 7.683.752 |
| Passivo não circulante | | |
| Provisão para eventos a liquidar para o SUS | 227.686 | 207.272 |
| | 227.686 | 207.272 |
| Total | 9.644.936 | 7.891.024 |

As parcelas inerentes ao ressarcimento ao SUS, por parte das operadoras de saúde, encontram-se registrados nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 05, de 30 de setembro de 2011. Demonstramos:

| Contas ou grupo de contas | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| Aviso de beneficiários identificados (ABI) x percentual histórico de cobrança (% hc) | 31.272 | 24.570 |
| Dívida ativa | 24.925 | 24.080 |
| Vencidos em até 5 anos | 245.465 | 448.180 |
| Vencidos há mais de 5 anos | 29.116 | 28.654 |
| Débitos parcelados | 317.092 | 261.841 |
| Total | 647.870 | 787.325 |
| Passivo circulante | 420.184 | 580.053 |
| Passivo não circulante | 227.686 | 207.272 |

7. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

| Contas ou grupo de contas | 2021 | 2020 |
|---|----------------|----------------|
| PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros | 331.338 | 393.775 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte | 51.519 | 105.542 |
| ISS retido na fonte | 89.003 | 71.683 |
| Contribuições previdenciárias – INSS | 169.118 | 41.143 |
| FGTS a recolher | 8.171 | 8.456 |
| Outros | 992 | 1.056 |
| Total | 650.141 | 621.655 |

8. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

| Contas ou grupo de contas | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| Débitos em juízo | 1.535.612 | 1.484.069 |
| PGFN - Dívida ativa - Débitos não previdenciários | 324.497 | 482.654 |
| Parcelamento previdenciário | 112.516 | 181.463 |
| Débitos a parcelar – Inscrição nº 50619023172-79 | 2.755 | 2.647 |
| Total | 1.975.380 | 2.150.833 |
| Passivo circulante | 1.743.176 | 1.697.202 |
| Passivo não circulante | 232.204 | 453.631 |

Débitos em juízo

Em 24 de setembro de 2019 a Entidade ajuizou processo nº 1011186-65.2019.4.01.3300 da União (Fazenda Nacional), com o objetivo de parcelar, em 60 meses, os débitos federais devidos a título de retenção fiscal, inscritos na PGFN sob nº 50619012954-09 e sem a inclusão dos honorários advocatícios. Em 23 de outubro de 2019 o pedido foi indeferido. A assessoria jurídica da Entidade recorreu da decisão e aguarda julgamento.

O débito pode ser demonstrado da seguinte forma:

| Nº da inscrição | Principal | Multa | Juros | Encargos | Total |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| 50619012954-09 | 988.561 | 197.712 | 209.738 | 139.601 | 1.535.612 |
| Dívida consolidada | 988.561 | 197.712 | 209.738 | 139.601 | 1.535.612 |

Em 31 de dezembro de 2020, o débito pode ser demonstrado da seguinte forma:

| Nº da inscrição | Principal | Multa | Juros | Encargos | Total |
|---------------------------|------------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|
| 50619012954-09 | 988.561 | 197.712 | 133.915 | 163.881 | 1.484.069 |
| Dívida consolidada | 988.561 | 197.712 | 133.915 | 163.881 | 1.484.069 |

PGFN - Dívida ativa - Débitos não previdenciários

Em 12 de julho de 2019 a Associação aderiu ao parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa, no âmbito da PGFN, nos termos do artigo 14-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002. Os débitos consolidados foram parcelados em 60 prestações e encontram-se compostos da seguinte forma:

| Nº da inscrição | Principal | Multa | Juros | Encargos | Total |
|---------------------------|------------------|---------------|---------------|-----------------|----------------|
| 50219006703 | 399.254 | 79.851 | 42.846 | 52.195 | 574.146 |
| 50619012955 | 13.625 | 2.725 | 1.405 | 1.776 | 19.531 |
| 50719003611 | 21.411 | 4.282 | 2.225 | 2.792 | 30.710 |
| 50619012959 | 19.220 | 3.844 | 2.052 | 2.512 | 27.628 |
| Dívida consolidada | 453.510 | 90.702 | 48.528 | 59.275 | 652.015 |

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo montava a R\$ 324.497 (em 2020, R\$ 482.654), compreendendo 30 parcelas a vencer.

Parcelamento previdenciário

Em 10 de julho de 2018 a Entidade aderiu ao parcelamento simplificado de contribuições previdenciárias, junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos dos artigos 10 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com registro nº 624900258. O saldo da dívida consolidada alcançou R\$ 327.124, parcelados em 60 prestações.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo montava a R\$ 112.516 (em 2020, R\$ 181.463) compreendendo 18 parcelas a vencer.

9. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Corresponde à estimativa de eventuais desembolsos com possíveis desfechos desfavoráveis relativos a processos judiciais, cíveis e trabalhistas. A Administração, baseada nas informações dos seus assessores jurídicos, constituiu, no exercício 2021, provisão para fazer face às contingências passivas no montante de R\$ 241.353 (em 2020, R\$ 148.754).

Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

A Entidade possui contingências advindas do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2021, os montantes envolvidos, de acordo com processos cuja probabilidade de perda é provável, possível e remota, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados a seguir:

| Expectativa de perda | | | | |
|-----------------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|
| Natureza | Provável | Possível | Remota | Total |
| Cível / Tributária | 230.353 | 3.185.093 | 2.797.396 | 6.212.842 |
| Honorários | 11.000 | - | - | 11.000 |
| | 241.353 | 3.185.093 | 2.797.396 | 6.223.842 |

Os processos classificados com risco de perda possível, no exercício de 2021, montam a R\$ 3.185.093, os quais são relacionados a contingências cíveis diversas e à cobrança de contribuições previdenciárias e de multa por descumprimento de obrigações acessórias exigidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A Administração, com base na opinião dos assessores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis, já tomados em cada processo, são suficientes para preservar o seu patrimônio líquido.

10. FUNDO PATRIMONIAL

Em junho de 2018, A Administração, através de Assembleia Geral datada de 14 de junho de 2018, autorizou a cobrança de nova taxa adicional aos associados para recomposição do patrimônio líquido da Entidade, a ser paga em doze parcelas fixas mensais de R\$ 100, sendo reconhecido o acréscimo ao fundo patrimonial por regime de caixa, ou seja, à medida em que os pagamentos sejam realizados pelos associados. Em relação à esta segunda cobrança, a Associação adotou a prática de contabilizar apenas quando a taxa fosse efetivamente liquidada pelos beneficiários. Desta forma, não foi reconhecido o saldo de inadimplência dos valores incorridos e não pagos até 31 de dezembro de 2019.

Em maio de 2020, a Administração, através de Assembleia Geral datada de 29 de junho de 2020, autorizou a cobrança aos associados de nova taxa adicional para recomposição do patrimônio líquido da Entidade, a ser paga em dezoito parcelas fixas mensais de R\$ 200, sendo reconhecido o acréscimo ao fundo patrimonial por regime de competência.

Ajustes de exercícios anteriores

A Diretora Fiscal, no pleno exercício de suas funções, emitiu a Instrução Diretiva nº 14, em 30 de julho de 2020, determinando que o saldo das contraprestações líquidas fosse ajustado com base nos cálculos apresentados na referida Instrução.

A Entidade regularizou o saldo da conta mencionada e reconheceu, no Patrimônio Líquido, a contrapartida do lançamento como ajustes de exercícios de exercícios anteriores, considerando que o valor ajustado contemplava recebíveis de diversos períodos, inclusive anteriores a 2019. Por este motivo, não foi realizada a reapresentação dos saldos do exercício de 2019.

11. EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS

| Contas ou grupo de contas | 2021 | 2020 |
|---|---------------------|---------------------|
| Cobertura assistência com preços pré-estabelecidos – antes da Lei nº 9.656/98 | (16.229.334) | (13.568.148) |
| Cobertura assistência com preços pré-estabelecidos – após a Lei nº 9.656/98 | (13.024.465) | (14.922.537) |
| Total da cobertura assistencial com preço pré-estabelecido | (29.253.799) | (28.490.685) |
| Outros | 12.667 | (115.481) |
| Total de eventos conhecidos ou avisados | (29.241.132) | (28.606.166) |

12. CONCILIAÇÃO ENTRE O DÉFICIT DO EXERCÍCIO E O FLUXO DE CAIXA DIRETO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------------|--------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Déficit do exercício | (1.896.251) | (3.707.225) |
| Ajustado por: | | |
| Depreciação e amortização | 2.230 | 1.979 |
| Contingências cíveis e trabalhistas | 92.599 | 327.075 |
| Perdas sobre créditos | 214.826 | 203.646 |
| Atualização monetária | (336.104) | (51.584) |
| | (1.922.700) | (3.226.109) |
| Variações nos Ativos - Aumento (Redução) | | |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | (200.658) | 51.385 |
| Despesas antecipadas | 7.407 | 64.060 |
| Resgate de aplicações financeiras | (4.353.701) | (317.529) |
| | (4.546.952) | (202.084) |
| Variações nos passivos - Aumento (Redução) | | |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 1.753.912 | (1.276.137) |
| Débitos com Operações de assistência à Saúde não relacionados com Planos de Saúde da Operadora | 31.876 | (31.087) |
| Tributos e encargos sociais a recolher | (169.751) | (352.945) |
| Débitos diversos | (35.810) | 124.430 |
| | 1.580.227 | (1.535.739) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | (4.889.425) | (4.963.932) |

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Associação participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados contabilmente, com o objetivo de administrar a disponibilidade de suas operações e suprir as necessidades de caixa.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Operadora se aproximam dos seus valores justos. A Associação não operou com instrumentos financeiros derivativos, ou outros instrumentos especulativos nos exercícios de 2021 e 2020.

14. EFEITO DO CORONAVÍRUS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta sobre uma nova doença na cidade chinesa de Wuhan. Em janeiro de 2020 foi anunciado que esta doença é denominada Coronavírus (COVID19), sendo comprovada a transmissão entre pessoas fora da China, atingido diversos países como EUA, Itália, Coreia do Sul, Irã, Turquia, Rússia e Austrália. Em fevereiro de 2020 foram confirmados casos no Brasil.

O acompanhamento às normas emitidas pela ANS, bem como as ocorrências dos casos nos hospitais e clínicas do Brasil permitirão uma avaliação mais precisa dos efeitos do surto de COVID19 para a APUB Saúde, bem como os impactos nas suas despesas e custos.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras a Entidade não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis, principalmente aqueles relacionados na nota explicativa nº 3. Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19. A Entidade seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

15. DIREÇÃO FISCAL

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Operacional – RO nº 2.539, de 29 de abril de 2020, instaurou o Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB, em função das graves anormalidades econômico-financeiras e administrativas identificadas, que colocavam em risco a continuidade do atendimento à saúde.

A Portaria nº 165, de 29 de abril de 2020, da ANS, nomeou a Sra. Ecircleide Santos de Oliveira Lins Noronha para a função de Diretora Fiscal na APUB.

Durante os exercícios de 2020 e 2021, foram emitidas diversas Instruções Diretivas, requisitando documentos e informações econômico-financeiras para validação, apresentando valores a corrigir na Contabilidade e estabelecendo prazos para a realização dos ajustes.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de fevereiro de 2022 a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da Resolução Operacional ANS N° 2.721, determinou a alienação da carteira de beneficiários da Entidade, no prazo máximo de 30 dias, em função das anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.023396/2021-92. Adicionalmente a referida Resolução, também, determinou a suspensão da comercialização de planos ou produtos da operadora.
